

## Polêmica sobre o fracionamento da burguesia no processo político brasileiro

Armando Boito Jr.<sup>1</sup>

As minhas pesquisas sobre o processo político brasileiro, bem como as pesquisas de professores e de graduandos e pós-graduandos com os quais trabalho, têm destacado o papel importante desempenhado pelos conflitos entre as frações da classe capitalista na história política recente do Brasil. Um grande número de analistas e observadores têm considerado muito positivamente a nossa contribuição e têm usado os nossos trabalhos nas pesquisas que realizam. Realçam, particularmente, o uso que fazemos do conceito de grande burguesia interna que, sem negar a situação geral de dependência e de convergência do conjunto da burguesia brasileira face ao imperialismo, ressalva, contudo, que nem por isso seria correto afirmar que a relação dos diferentes segmentos da classe capitalista brasileira com o imperialismo seria desprovida de determinações particulares que imprimem nuances na dependência que caracteriza o quadro geral. A nova onda de internacionalização da economia capitalista não criou uma burguesia mundial dotada de interesse único, ou seja, ainda há espaço para conflitos, maiores ou menores, dependendo da região do globo considerada, entre as burguesias de diferentes regiões e países. Outro mérito que tem sido reconhecido nas nossas pesquisas é o fato de elas se apoiarem em levantamento sistemático de informações empíricas originais. Como é normal, contudo, temos também recebido algumas críticas. Alguns dos nossos críticos rejeitam não somente a análise que fazemos do fracionamento da burguesia brasileira, mas também o próprio conceito de fração burguesa, ainda quando a rejeição do conceito não seja explícita e tematizada no texto. Esse é o caso dos artigos de

---

<sup>1</sup> Professor titular de Ciência Política da Unicamp e editor da revista *Crítica Marxista*.

Gabriel Kanaan e de Eurelino Coelho, cujas críticas lemos com grande interesse e que aqui pretendemos responder<sup>2</sup>.

## 1. O modelo dicotômico na análise da burguesia

O debate envolve um problema teórico de fundo que é importante trazer à tona. Esses textos tendem para a concepção segundo a qual só existiriam dois tipos de interesse norteando a ação política dos integrantes da classe dominante: de um lado, o interesse econômico de cada empresa capitalista na lucratividade do seu negócio particular e, de outro, o interesse comum do conjunto da burguesia. Nesse segundo caso concebem como interesse comum não apenas o interesse político geral da burguesia na manutenção das condições fundamentais de reprodução do capitalismo – a propriedade privada dos meios de produção, a reprodução da força de trabalho, a integridade do aparelho de Estado burguês – como também o supostamente invariável interesse econômico do conjunto dessa classe de rejeitar sempre, e em uníssono, políticas sociais favoráveis a reivindicações dos trabalhadores. Tudo se resumiria a essa dicotomia que concebe apenas o interesse da empresa e o interesse da classe.

Cabem aqui duas observações críticas iniciais sobre esse modelo. No que diz respeito ao interesse do conjunto da classe capitalista tal

---

<sup>2</sup> Gabriel Kanaan publicou no volume 16 do Cadernos Cemarx de 2022 o artigo “Foi a burguesia interna?: política externa, luta de classes e tensões intraburguesas de escala nos governos do PT”. Escreveu também o texto intitulado “Foi a burguesia brasileira neodesenvolvimentista? Uma análise das conexões e tensões da burguesia interna brasileira com o capital-imperialismo a partir dos telegramas da Embaixada dos EUA vazados pela Wikileaks (2003-2010)”. Texto apresentado no Encontro de Marxismo e Relações Internacionais, realizado no Rio de Janeiro em 2022. Eurelino Coelho, “Derrotas recorrentes, ideias persistentes. Exame de uma hipótese sobre os governos Lula-Dilma à luz do golpe e da eleição de Bolsonaro”. In: Ângela Meirelles de Oliveira, Carla Luciana da Silva e Rodrigo Paziani (orgs.), *Direitos, democracia e lutas sociais em tempos de crise*. Porto Alegre: FCM. 2020. Pp. 33-50. O artigo de Eurelino Coelho é uma crítica extensa ao meu livro *Reforma e crise política no Brasil – os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas e São Paulo: Editoras Unicamp e Unesp. 2018.

qual é concebido nesse modelo, em nenhum dos dois casos mencionados – o interesse político e o interesse econômico – temos a garantia de que haverá unidade política dessa classe social. No primeiro caso, porque, embora o interesse político geral da burguesia seja de fato único e invariável, um segmento da classe burguesa pode sim, por egoísmo de fração, se desprender do restante da classe e, involuntariamente, abrir caminho para a revolução; no segundo caso, porque não existe, sempre e em qualquer situação, um interesse econômico geral da classe capitalista que a unifique contra toda e qualquer política social que beneficie os trabalhadores. Essa unidade pode ocorrer, mas não necessariamente. Os governos reformistas podem, em determinadas situações, contar com apoio de frações da burguesia interessadas na expansão do mercado pela via do consumo popular, nas compras do Estado ensejadas pelas políticas públicas para a saúde e educação etc. Ou seja, essa dicotomia entre a empresa – o particular – e a classe – o geral – simplifica indevidamente um fenômeno que é muito mais complexo.

Vejamos agora se caberia nesse modelo divisões e conflitos no interior da classe capitalista. Sim, caberia, mas apenas divisões e conflitos de determinado tipo. Nesse modelo dicotômico, as medidas de política econômica do governo – de tipo fiscal, monetário, cambial, de comércio exterior etc. –, embora possam ensejar a formação momentânea de um grupo de empresas em apoio ou em oposição a elas, somente ensejariam a formação de coletivos burgueses muito frouxos, ocasionais e voltados para a recusa ou apoio de uma medida específica, pontual, dissolvendo-se, num momento seguinte, diante de uma medida subsequente do governo, que poderia, eventualmente, ensejar a formação de um novo coletivo frouxo e ocasional e assim por diante. A estratégia de desenvolvimento capitalista, elaborada e implementada pelo Estado burguês, estratégia que abarca um conjunto harmonioso de medidas fiscais, monetárias, cambiais etc, e que define o objetivo e o resultado geral da política econômica, essa estratégia não teria impacto sobre o comportamento político de diferentes setores da

classe capitalista. Os capitalistas agiriam sempre no varejo, diante de medidas pontuais, ignorando a estratégia do Estado no seu conjunto. Dessa perspectiva, todo e qualquer governo burguês nas sociedades capitalistas seria, obrigatoriamente, representante da classe dominante no seu conjunto, sem relação preferencial com um ou outro segmento dessa classe. Não haveria coletivos burgueses minimamente estáveis e dotados de interesses econômicos específicos dividindo a classe capitalista. Os equívocos de Coelho e Kanaan decorrem, em sua maioria, da utilização desse modelo de análise.

Nos textos desses autores, encontramos, no que respeita a esse modelo e conforme já anunciamos, oscilações: ora usam o conceito de fração, ora o rejeitam. Por exemplo, ao mesmo tempo que afirmam ou sugerem que os conflitos no interior da burguesia não apresentariam regularidade e nem comporiam frações minimamente estáveis, sustentam, seguindo a colega Virgínia Fontes a quem citam, que as “tensões entre o grande e o médio capital” seriam a principal “tensão” no seio da burguesia brasileira. No primeiro caso, recusam o conceito de fração, enquanto no segundo, o que fazem é usá-lo, mesmo que de modo diferente daquele que eu tenho feito. Não seria, afirmam os nossos críticos, o conflito entre a grande burguesia interna e a grande burguesia associada, ou entre a fração financeira e as empresas do setor produtivo, que ocuparia a posição principal no interior da classe capitalista, mas sim o conflito entre o grande e o médio capital. Eurelino Coelho afirma também, referindo-se à minha pesquisa, que eu não logro demonstrar empiricamente a existência de um conflito entre uma fração interna da burguesia, dotada de relativa autonomia frente ao capital estrangeiro, e outra plenamente integrada a esse capital. Agrega que para entendermos o período histórico recente é necessário colocar no centro da análise, antes e acima de tudo, o conflito entre os trabalhadores e a classe capitalista. Tratemos, então, do mérito da polêmica.

## 2. A questão do conflito entre o grande e o médio capital

Kanaan e Coelho afirmam, como já anunciei, que o principal conflito ou “tensão” – é essa a palavra que utilizam – no interior da burguesia dar-se-ia entre o médio e o grande capital e ambos os autores citam em apoio à sua tese o trabalho da colega Virgínia Fontes.

É certo que desde o início da passagem para o capitalismo monopolista esse conflito, latente ou manifesto, mais grave ou menos grave, tem sido uma realidade nas formações sociais capitalistas, e no Brasil não é diferente<sup>3</sup>. O conflito entre essas duas frações burguesas

---

<sup>3</sup> A clivagem entre o grande e o médio capital e os eventuais conflitos políticos entre um e outro é um dos temas mais estudados pelo marxismo do século XX. O debate sobre o fascismo e a tática operária na luta contra esse tipo de ditadura teve como um dos elementos centrais a questão de saber se seria possível uma aliança da classe operária com a média burguesia para combater o fascismo, já que esse representava a hegemonia do grande capital. Posteriormente, na França da década de 1970, esse tema voltou ao centro do debate. O economista comunista Paul Bocarra, com a sua teoria do capitalismo monopolista de Estado, apresentava o conflito entre o grande e o médio capital como o conflito central no interior da classe capitalista e propugnava a aliança da classe operária com a média burguesia na fase inicial do processo de transição ao socialismo na França. Essa análise e essa linha política eram encampadas pelo Partido Comunista Francês. Foram elas que levaram o PCF a se aliar ao Partido Socialista de François Mitterrand para elaborar o Programa Comum de governo. Os trotskystas e os maoístas franceses criticaram essa análise e as suas consequências políticas. No Brasil, na época da ditadura militar, os marxistas e suas organizações discutiram muito a posição da ditadura em relação ao grande e ao médio capital, bem como a possibilidade de frente política com esse último para derrubar a ditadura militar. Eu próprio, em coautoria com Décio Saes, intervim nesse debate. O meu texto alertava para o fato de que embora a ditadura militar organizasse a hegemonia do grande capital, isso não significava que o médio capital estivesse excluído do bloco no poder. Desde aquela época, esse tema perdeu espaço no Brasil. Para o debate francês, ver Paul Bocarra, *Études sur le capitalisme monopoliste d'État, sa crise et son issue* (Paris: Editions Sociales, 1977 [1974]); Jacques Valier, *Le Parti Communiste Français et le capitalisme monopoliste d'État* (Paris: Maspero, 1976) e Francis Anclois, Charles Bréaud e Michel Nouret, “Exposition critique de la théorie révisionniste du capitalisme monopoliste d'État”. In: *Marxisme-leninisme et révisionisme face à la crise économique*. (Paris: Maspero, 1976). A extinta revista *Teoria & Política* publicou uma tradução desse artigo (*Teoria & Política*, n. 1, 1980, pp. 60-80; Armando Boito Jr. e Décio Saes: “Três teses equivocadas a respeito de quem domina o Estado brasileiro”. (*Jornal Movimento*, edição de 16 a 22 de abril de 1979.).

– pois é disso que se trata: de frações burguesas – esteve e está presente na recente história política do país. Acontece que Kanaan e Coelho apresentam o conflito entre o médio e o grande capital como se tal conflito excluísse outros – burguesia interna/burguesia associada, fração financeira/fração produtiva etc. – e como se o meu trabalho ignorasse o conflito grande/médio capital<sup>4</sup>.

Tal consideração me dá a oportunidade de, sob o risco de me afastar daquilo que é mais importante, apresentar ao leitor alguns esclarecimentos sobre o meu ponto de vista. Desde que passei a usar o conceito de burguesia interna para analisar a disputa de hegemonia no Brasil, sempre usei a expressão composta “grande burguesia interna”. Quando me refiro à burguesia associada, sempre utilizo também o adjetivo grande. E por quê? Porque sempre tive em mente que os interesses do médio capital, e portanto da média burguesia interna, eram relegados a segundo plano pela política econômica tanto dos governos tucanos, quanto dos governos do PT. A verdade é que a luta pela hegemonia no bloco no poder ao longo da história política re-cente do Brasil se deu e se dá, exclusivamente, entre duas frações do grande capital.

Em livro que publiquei em 1999, *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, tratei dos pontos da política econômica do Governo FHC que excluía o médio capital. O médio capital foi excluído do grande “negócio da China” da década de 1990 que foi a privatização das grandes empresas estatais, e foi excluído devido às regras adrede estabelecidas pelo governo para o processo de privatização. Na conclusão do citado livro, e arriscando uma consideração política, afirmei que o movimento operário e popular poderia tentar, na sua luta contra o modelo e o governo neoliberal, atrair ou, pelo menos, neutralizar a média burguesia. Um pouco mais tarde, em artigo que publiquei na revista *Crítica Marxista* n. 21, do ano de 2005, em artigo intitulado

---

<sup>4</sup> Passarei agora a me referir diretamente ao meu trabalho, já que o artigo de Eurelino Coelho, diferentemente do de Gabriel Kanaan, refere-se exclusivamente e de maneira detalhada, como já informei, ao meu livro *Reforma e crise política no Brasil – os conflitos de classe nos governos do PT*. (Campinas e São Paulo: Editora Unicamp e Unesp. 2018)

“A burguesia no Governo Lula”, mostrei que o *boom* de exportações que então se iniciava era monopolizado por um reduzido número de grandes empresas e que a política do BNDES de apoio financeiro ao capital nativo era uma política que também preteria o médio capital, como vieram a mostrar mais tarde as excelentes pesquisas de Caio Bugiato e de Luciana Raimundo<sup>5</sup>. Mais tarde, e mantendo a mesma linha de análise, em artigo publicado originalmente no ano de 2007 na *Revista de Sociologia e Política* e republicado no meu livro *Reforma e crise política no Brasil*, eu tentei sistematizar a *hierarquia de clivagens cruzadas* do bloco no poder neoliberal de modo a evidenciar a posição subordinada do médio capital.

“A política econômica define uma hierarquização das frações da classe capitalista privilegiando certas dimensões do capital em detrimento de outras: quanto à função do capital, privilegia a função financeira; quanto ao porte, privilegia o grande capital; quanto ao destino da produção, o mercado externo e a fatia de alta renda do mercado interno. A essas prioridades correspondem, uma a uma, as dimensões que são preteridas: quanto à função do capital, a produção, isto é, o capital ativo; quanto ao porte do capital, o pequeno e médio capital e quanto ao destino da produção, o mercado interno de bens de consumo populares. Poderíamos estender a lista, lembrando que entre as grandes empresas estatais e a grande empresa privada, a política econômica privilegiou, principalmente na década de 1990 com os leilões de privatização, as grandes empresas privadas.

---

<sup>5</sup> Bugiato, Caio (2016). A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira. Unicamp. Tese de Doutorado. <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/135727/a-politica-de-financiamento-do-bndes-e-a-burguesia-brasileir>Raimundo, Luciana (2021). *Bancos e o Estado no Brasil: Estudo sobre a atuação dos dealers no mercado de títulos públicos, na rede de financiamentos do BNDES e no financiamento eleitoral* (2003-2018). Phd Thesis. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226802>

Tais prioridades consagram uma hierarquia do poder burguês que comporta duas posições extremas. No topo, temos o grande capital financeiro internacional e os grandes bancos nacionais, enquanto na base da pirâmide, temos o médio capital, aplicado no setor produtivo e voltado para o mercado interno de bens de consumo populares. O primeiro setor indicado concentra todas as vantagens cumulativas frente à política econômica e é um setor que age como fração distinta de classe; o segundo carrega todas as desvantagens cumulativas frente à política econômica e não chegou a se constituir em fração autônoma da classe burguesa.” (*Reforma e crise política no Brasil*, op. cit. p. 51)

O que esse trecho mostra é que um conflito no interior da burguesia não exclui outros. Não temos este ou aquele conflito, temos vários e o que a análise deve verificar é como eles se articulam, ou se entrelaçam, e se há uma hierarquia de importância entre eles.

Eu fiz, portanto, várias indicações sobre a subordinação política do médio ao grande capital, mas não tratei sistematicamente da presença do médio capital no processo político brasileiro. Até porque, repito, o médio capital não participava e não participa da disputa hegemônica no Estado brasileiro. Porém, permanecendo no âmbito do nosso Grupo de Pesquisa, no livro organizado por André Flores do Valle e Pedro Felipe Narciso, *A burguesia brasileira em ação – de Lula a Bolsonaro*<sup>6</sup>, encontramos mais de uma pesquisa de colegas do nosso grupo, cujas pesquisas orientei, e que detectaram e analisaram com propriedade as insatisfações da média burguesia diante do jogo restrito de disputa de hegemonia do qual participavam apenas a grande burguesia interna e a grande burguesia associada, com os seus respectivos segmentos financeiro e produtivo. E acho que está claro

---

<sup>6</sup> André Flores do Valle e Pedro Felipe Narciso, *A burguesia brasileira em ação – de Lula a Bolsonaro*. São Paulo: Enunciado, 2021.

depois das considerações que apresentei mais acima que tais análises não contradizem a análise que faço em *Reforma e crise política no Brasil*, ao contrário do que pretende Gabriel Kanaan. Recentemente, ainda, dois pesquisadores que orientei, Felipe de Queiroz Braga e Pedro Miguel, analisaram detalhadamente o conflito entre o grande e o médio capital na indústria de transformação e na cadeia da soja. Braga defendeu uma tese onde mostra com riqueza de informações e com uma análise sofisticada o papel da mobilização da média burguesia contra o Governo Dilma na conjuntura da crise do impeachment – podemos supor que os empresários entrevistados por Felipe Braga pertençam uns à média burguesia interna e outros à média burguesia associada, embora o trabalho dele não faça essa distinção. Pedro Miguel em sua dissertação mostra o papel subordinado do médio capital sojicultor na cadeia do agronegócio da soja e na política econômica do governo. Ele destaca ainda o caráter sobredeterminado do médio capital sojicultor: é médio e é interno, ou seja, trata-se de média burguesia interna<sup>7</sup>. Como dissemos, um sistema de fracionamento não exclui, ao contrário do que parecem entender os nossos críticos, outros sistemas a ele articulados.

Pois bem, essas pesquisas mostram que apesar de a média burguesia ter se revoltado contra o grande capital, ela não logrou colocar em pé um programa político próprio e, assim, acabou sendo dirigida, na conjuntura da crise do impeachment, pelo movimento da fração associada do grande capital que iniciava então a ofensiva neoliberal restauradora contra o governo neodesenvolvimentista de Dilma. O médio capital teve um papel importante como força social ativa na crise do impeachment, mas não assumiu o papel dirigente do golpe de Estado. A prova disso é que o governo resultante do impeachment,

---

<sup>7</sup> Felipe Queiroz Braga, *A Fiesp na crise do impeachment de Dilma Rousseff*. Unicamp: Tese de Doutorado. 2022. Ver do mesmo autor: “A burguesia industrial na crise do Governo Dilma”. In: Valle, André Flores do Valle e Pedro Felipe Narciso (orgs). *A burguesia brasileira em ação – de Lula a Bolsonaro*. Op. cit.; Pedro Victor Capóssoli Miguel, *O posicionamento do médio capital sojicultor na crise do impeachment (2013-2018)*. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado. Defesa prevista para agosto de 2023.

isto é, o Governo Temer, não foi um governo do médio capital. Ele foi um governo burguês que priorizou os interesses do capital estrangeiro e da grande burguesia associada – como contribui para demonstrar a tese ainda inédita de Nátaly Santiago<sup>8</sup>. Diante de todos esses trabalhos e pesquisas, soa estranho apresentar, como fazem ambos os autores, o conflito entre o médio e o grande capital como se fosse algo novo e que criasse problema para a análise que temos feito.

Passemos agora a problemas de fundo e lacunas graves que podemos verificar nas considerações dos nossos críticos sobre as “tensões” entre o grande e o médio capital. Em primeiro lugar, os leitores dos comentários críticos desses dois colegas têm motivos de sobra para se mostrarem insatisfeitos, pois ambos afirmam ser o conflito entre o grande e o médio capital o conflito mais importante, mas ficam nisso. Vamos então, por nossa própria conta, fazer algumas perguntas. Temos um conflito entre o grande e o médio capital e esse conflito seria, na tese dos nossos críticos, o mais importante no interior da burguesia. Pois bem, qual foi o impacto de tal conflito no processo político brasileiro? Dito de outro modo, qual é a relação desse conflito com as políticas dos governos FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro? Houve um governo do médio capital na história recente do Brasil? Havia partidos políticos do médio capital? Kanaan e Coelho não escrevem uma palavra sequer sobre essas questões. Logo, é forçoso reconhecer que, para Kanaan e Coelho, o conhecimento desse conflito não tem utilidade para a análise e compreensão do processo político brasileiro. Na pesquisa sobre a política nacional, tal conflito nem mereceria, segundo se pode deduzir do silêncio desses autores, ser mencionado. Em segundo lugar, não acreditamos que os nossos

---

<sup>8</sup> Nátaly Santiago, *O capital internacional como agente político no Brasil*. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado. Defesa prevista para outubro de 2023. Eu analisei o papel ativo, mas claramente subordinado, da média burguesia no golpe de 2016 no meu Ebook *Dilma, Temer e Bolsonaro – crise, ruptura e tendências na política brasileira*. (Goiânia: Editora Phillos. 2021). Escrevi um capítulo desse livro dedicado exclusivamente a essa questão. Estranhamente, Gabriel Kanaan, embora cite esse meu livro, atribuiu-me justamente a tese que critiquei.

críticos possam defender a ideia da existência de um governo desse ou daquele setor da classe capitalista, um governo do grande capital ou um governo do médio capital. O modelo teórico com o qual trabalham – baseado na dicotomia entre interesse do capitalista individual e interesse da classe capitalista no seu conjunto – exclui, como vimos no início deste texto, tal possibilidade. Aliás, Eurelino Coelho é taxativo ao afirmar que todos os governos do período representaram igualmente, a despeito das diferenças entre um e outro, o conjunto da burguesia. Há, portanto, um motivo de fundo para os autores não se perguntarem sobre o impacto do conflito entre o grande e o médio capital no processo político brasileiro, isto é, não se perguntarem sobre a serventia que poderia ter o conhecimento de tal conflito.

Comparando as duas teses, uma que sustenta que os sucessivos governos do período representaram a hegemonia de diferentes frações da burguesia e outra segundo a qual o Estado atendeu sempre e de maneira igualitária aos interesses do conjunto da burguesia, o leitor poderá chegar a um problema de fundo. Se os governos representam indistintamente o conjunto da burguesia, por qual razão existiria um conflito entre o médio e o grande capital? Se todos os burgueses estão igualmente contemplados pela política econômica, social e externa, de onde é que poderia vir, o que é que poderia explicar, o conflito – ou “tensões” como preferem os nossos críticos – entre o grande e o médio capital? Se não é a estratégia de desenvolvimento capitalista definida pela equipe governamental que, ao incidir sobre a diversidade de inserções econômicas das empresas capitalistas, propicia a formação de frações burguesas, o que é que poderia propiciar tal formação? Dentro da problemática de Kanaan e Coelho, uma resposta poderia ser que tal conflito decorre e se alimenta do poder econômico do grande capital sobre o médio; o fenômeno seria econômico e não político. Mas, se a resposta fosse essa, teria de vir acompanhada de uma outra explicação. Diante do poder econômico do grande frente ao médio capital, como se comportaria o Estado? Se tomasse explicitamente

partido, favoreceria um dos dois lados; se procurasse se manter neutro – posição impossível e que só admitimos para efeito de discussão –, favoreceria o *status quo*, isto é, os capitais mais poderosos. Em qualquer dos casos, favoreceria uma parte da burguesia em detrimento da outra e, desse modo, invalidaria a tese segundo a qual o Estado brasileiro representou de maneira igualitária no período em tela o conjunto da burguesia. Não há solução para esse problema dentro da problemática na qual se inserem os nossos críticos.

No texto de Gabriel Kanaan, encontramos, contudo, uma sugestão, apresentada de passagem e como conjectura, que o leitor poderia eleger como uma porta de saída para o impasse. Insatisfeito com o conceito de fração burguesa tal qual os marxistas o têm utilizado e arriscando uma consideração teórica sobre os conflitos existentes no interior da classe capitalista, Kanaan escreve: “Tal observação ainda superficial apenas busca chamar atenção para a necessidade de avançarmos nas pesquisas sobre o processo histórico de formação dessas frações burguesas em associações, jantares e famílias para além dos seus interesses econômicos corporativos.”. O conceito marxista de fração, esclareça-se, não dispensa o conceito de ideologia. As frações assumem a ideologia burguesa e apresentam também propensões ideológicas próprias e vinculadas aos seus interesses econômicos. Mas, a possível solução de Kanaan, que pretende transcender o econômico, vai noutra direção. Ela é uma solução que leva para a sociologia das classes sociais de Pierre Bourdieu, isto é, para fora do marxismo. Essa evasão decorre do desajuste entre, de um lado, o modelo dicotômico no qual se pretende circunscrever a burguesia, concebendo apenas o interesse individual do capitalista e o interesse geral de sua classe, e, de outro, os dados empíricos dos quais tal modelo simplificado não logra dar conta.

### 3. Governo da grande burguesia interna ou governo da “esquerda do capital”?

Eurelino Coelho entende, coerentemente com o modelo dicotômico já apresentado, que a aproximação ou o distanciamento político da burguesia frente a um ou outro governo dá-se num movimento conjunto de toda a classe capitalista. Ele não nega a existência de uma disputa entre o neodesenvolvimentismo e o neoliberalismo ortodoxo. O que ele considera equivocado é atribuir tal disputa a conflitos entre frações burguesas<sup>9</sup>. Como, então, o nosso crítico explica a divisão da política brasileira entre essas duas plataformas de política econômica?

Segundo ele, em cada conjuntura a burguesia, no seu conjunto, necessitaria de tipos distintos de governos. Para atender a tal necessidade, teríamos diferentes tipos de partidos políticos burgueses. Um ou mais desses partidos seriam aquilo que Coelho denomina a “esquerda do capital” – no caso do Brasil, o principal integrante da “esquerda do capital” seria o PT – e outros, podemos afirmar por dedução, seriam a “direita do capital” – no caso do Brasil, o PSDB, o MDB, o PL e outros partidos. Cada uma dessas instituições políticas seria alçada ao poder pela burguesia em conjunturas diferenciadas e de acordo com as necessidades momentâneas do capital. Quando a burguesia, na defensiva, tivesse de fazer concessões aos trabalhadores, a “esquerda do capital” seria chamada a assumir o comando do Estado, já nas conjunturas de ofensiva burguesa, seria a vez do governo capitaneado pela sua ala política de direita. Ambas as alas contemplariam o conjunto da classe burguesa, sem priorizar uma ou outra fração, até porque a tese dominante, ainda que não única, no texto de Coelho é que não se formariam frações burguesas. Pois bem, como poderíamos avaliar essa tese sobre o revezamento nos governos

---

<sup>9</sup> Afirma Coelho: “Nada do que foi dito aqui anula a diferença entre os programas neodesenvolvimentista e neoliberal ortodoxo (mantenhamos os termos provisoriamente), mas põe dúvidas sobre serem eles expressões de interesses permanentes e específicos daquelas frações de classe.” Coelho, p. 46, op. cit.

entre a “esquerda” e a “direita” “do capital”? Como é que seria possível avaliar a sua procedência, considerá-la mais crível ou menos crível que a tese que trabalha com o conflito entre frações burguesas para explicar as diferenças entre os sucessivos governos da recente história política do Brasil? Devemos e podemos fazer tal avaliação e o caminho é cotejar essa tese com as funções do Estado e com a realidade da política brasileira. Se não, vejamos.

A tese sobre a “esquerda do capital” considera a diferença entre, de um lato, as políticas sociais neoliberais, presente, em diferentes modalidades, nos governos FHC, Temer e Bolsonaro, e, de outro, a política social do ciclo dos governos integrados pelo PT. De fato, o contraste entre essas políticas é significativo e ele é um elemento da maior importância para entendermos a natureza dos governos citados. Contudo, a política social é apenas parte da política de Estado e a tese sobre a “esquerda do capital” considera unilateralmente apenas essa parte, ignorando todas as demais. Ignora a diferença existente na política econômica de tais governos, que é a parte da política governamental que se dirige centralmente às frações burguesas. Ignora ainda a política externa dos governos citados. Ou seja, a tese sobre a “esquerda do capital”, os seus supostos e as suas consequências carecem de base empírica. De fato, é fácil demonstrar que a política econômica e a política externa dos governos neodesenvolvimentistas e dos governos neoliberais ortodoxos foram muito diferentes. No primeiro caso, sem romper com o modelo capitalista neoliberal, os governos integrados pelo PT procuraram estimular o crescimento econômico e reduzir da pobreza por intermédio da intervenção do Estado na economia. O BNDES e sua política de financiamento, a política de compras governamentais, a política de conteúdo local para a cadeia do petróleo e gás, a política de investimento em obras públicas, de financiamento da safra agrícola e outras priorizaram os interesses de grandes empresas nacionais; no caso dos governos neoliberais, o que norteou a política econômica foi a ideologia do

Estado mínimo e o aprofundamento da abertura ao capital estrangeiro, a política de privatizações, a internacionalização do mercado bancário e outras. Em se tratando da política externa, como já mostraram as pesquisas de Tatiana Berringer, de Leonardo Granato, de Caio Bugiato e outros, enquanto os governos neodesenvolvimentistas procuraram aproximar-se dos países do Sul, facilitar a integração latino-americana e abrir mercado no exterior para investimentos e vendas das grandes empresas brasileiras, entrando, inclusive, em atritos com os Estados Unidos – participação nos BRICS, política para o petróleo do pré-sal e outras –, os governos neoliberais praticaram uma política externa de subordinação passiva ao imperialismo estadunidense<sup>10</sup>.

A tese que recorre a essa noção de “esquerda do capital” teria muito dificuldade para explicar tais diferenças. Primeiro, teria de demonstrar que a burguesia brasileira se encontrava, de fato, politicamente na defensiva na conjuntura de 2002. Na verdade, a tese predominante no pensamento crítico brasileiro é que, diferentemente de países como a Bolívia e a Argentina, o governo progressista se forma no Brasil quando o movimento operário e popular já se encontrava na descendente. Segundo, teria de explicar porque a burguesia estando na defensiva teria de mudar não apenas a política social, mas também a política econômica e externa. Essas últimas políticas não se encaixam facilmente na análise que usa a noção de “esquerda do capital” e são justamente as que não foram considerada no texto de Eurelino Coelho.

De minha parte, não creio que seja possível demonstrar que, apesar de todas as diferenças apontadas acima na política econômica e na política externa dos governos neodesenvolvimentistas e dos

---

<sup>10</sup> Berringer, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris. 2015; Tatiana Berringer e Mariana Ferreira, “Classes sociais, política externa e integração regional”. In: Ana Prestes e Diego Pautasso (orgs.), *Teoria das relações internacionais – contribuições marxistas*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2021. Leonardo Granato e Flavia Guerra Cavalcanti, “Mercosul e dependência: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina.” *Sul Global*. 1 (2). 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/92610354/Mercosul\\_e\\_depend%C3%A2ncia\\_pol%C3%A2tica\\_externa\\_e\\_interesses\\_de\\_classe\\_no\\_Brasil\\_e\\_na\\_Argentina](https://www.academia.edu/92610354/Mercosul_e_depend%C3%A2ncia_pol%C3%A2tica_externa_e_interesses_de_classe_no_Brasil_e_na_Argentina)

governos neoliberais, tais governos atenderam, todos eles, e de modo igualitário, o conjunto da burguesia – o grande e o médio capital, o capital financeiro e o produtivo, o capital nacional e o capital estrangeiro, o capital privado e o estatal e assim por diante. Se o arrocho da política social pode, em determinadas conjunturas, unificar a burguesia contra os trabalhadores – e nós tivemos tal situação no Brasil dos governos Temer e Bolsonaro – não vejo como tal unificação possa se dar do mesmo modo no plano da política econômica e da política externa. E, como dissemos acima, foi justamente essa parte da realidade que o conceito de “esquerda do capital” foi obrigado a amputar. Essa é a razão pela qual julgo que tal conceito não dá conta de explicar aquilo que ele pretende: as diferenças entre os governos do período recente que são diferenças que transcendem a política social de uns e de outros. Para explicar tais diferenças, insisto, necessitamos do conceito de fração burguesa. A não ser que entendamos que os conflitos programáticos entre o campo neodesenvolvimentista e o campo neoliberal sejam conflitos meramente doutrinários desprovidos de base material e de classe. Esse é, aliás, o modo como a maioria dos observadores analisam a disputa entre política neoliberal e política neodesenvolvimentista: um conflito meramente doutrinário, de opiniões. Mas, nesse caso, nos colocaríamos no terreno da análise idealista e, novamente, cairíamos fora da teoria marxista – não vamos aqui discutir a inconveniência de tomar esse caminho.

#### **4. A presença efetiva das frações burguesas na política brasileira**

Segundo Eurelino Coelho, eu não lograria provar que haveria uma fração burguesa minimamente estável apoiando os governos do PT e outra na oposição a tais governos. Infelizmente, para sustentar essa crítica, a sua argumentação é quase inexistente.

Criticou-me apenas por eu ter afirmado que havia um segmento do agronegócio que agia como burguesia interna e a sua crítica se resume a opor à minha tese a afirmação genérica de que o agronegócio é

um setor econômico muito internacionalizado<sup>11</sup>. Ou seja, ele apresenta um fato conhecido de todos, não aprofunda as informações, e acredita que isso basta para refutar a minha análise. Ora, num dos capítulos do livro de minha autoria que Coelho comenta, eu mostro que os usineiros paulistas apoiaram o Governo Lula e apoiaram, também, a candidatura Dilma em 2010. E eu mostro no livro que apoiaram porque esperavam que Dilma garantisse o apoio da Petrobrás para evitar que o capital estrangeiro engolisse as usinas de capital nacional<sup>12</sup>. Uso entrevistas de usineiros na imprensa e declarações de dirigentes de associações de classe do setor – em tempo: o setor era muito internacionalizado, mas as usinas ainda eram de capital nacional. Eurelino Coelho ignora essa análise e os fatos apresentados. Satisfaz-se com a mera afirmação genérica sobre a internacionalização do setor sucroalcooleiro.

No período recente, após a publicação do meu livro, as pesquisas de Maria Angélica Paraizo, de Pedro Miguel e de Luana Forlin, em teses e dissertações sobre o agronegócio, mostraram que os setores sucroalcooleiro e sojicultor ainda preservam capital nacional a despeito do crescimento do capital estrangeiro no setor, e que não integraram – setor sucroalcooleiro – ou aderiram muito tardiamente –

---

<sup>11</sup> Coelho escreve: “Tome-se o caso específico do agronegócio, setor tratado com regalias pelos petistas e que Boito considera como um dos pilares da burguesia interna em apoio àqueles governos. (...) Ora, o agronegócio de nossos dias tem vínculos muito mais estreitos e extensos com o capital internacional do que o café da República Velha. Para além da dependência com os mercados externos e seus operadores, que se radicalizou com a sofisticação do mercado de *commodities*, e do desdobramento para ativos financeiros no exterior do espectro de investimento dos maiores “players” nacionais do agro, pode-se observar como novidade a presença crescente de capitais internacionais que atuam na própria produção e tem interferência sobre ela. Sementes, fertilizantes, pesticidas, máquinas e implementos, ou seja, parte significativa do capital efetivamente mobilizado na produção que explora o trabalho assalariado rural, e que em última instância depende dele para continuar a realizar seus lucros, não é nacional ou é associado a ele com prerrogativas de comando. Sem mencionar a internacionalização da propriedade territorial agrícola, outro nervo exposto do problema. Coelho, pp. 44-45, op. cit.

<sup>12</sup> Armando Boito Jr., *Reforma e crise política no Brasil*, op. cit. pp. 86-89.

setor sojicultor – o movimento pelo impeachment da ex-presidenta<sup>13</sup>. O setor sucroalcooleiro afastou-se do Governo Dilma, insatisfeito com a mudança da política energética que passou a priorizar o petróleo do pré-sal, mas não se mobilizou contra ele. Ainda sobre o agronegócio, cabe lembrar a pesquisa de Thiago Nogueira Cyrino sobre a cadeia produtiva da carne, que mostra que os criadores de gado funcionaram sim, durante os governos Lula, como burguesia interna. Dentre outras coisas, apoiavam o Programa Bolsa Família, que havia aumentado muito o consumo interno de carne, e viam com bons olhos as relações do Governo Lula com o Irã, país de uma região que importa muita carne do Brasil<sup>14</sup>. Sabemos que a aproximação com o Irã foi fonte de conflitos do governo brasileiro com o governo dos Estados Unidos.

Mas o meu livro não trata apenas do agronegócio. Analiso as posições da indústria e dos bancos, o que também é ignorado pelo meu crítico. Mostro, por exemplo, as relações próximas do Governo Lula com a Fiesp, dirigida por Paulo Skaf. A eleição de Skaf para a direção da Fiesp foi apoiada por Lula e Skaf, juntamente com outras associações patronais, correu em socorro do Governo Lula no auge da chamada Crise do Mensalão. Isso também está exposto no livro, mas Coelho, novamente, preferiu ignorar. Eu tomo em consideração no livro os grandes bancos comerciais nacionais, as grandes construtoras, os chamados “campeões nacionais”, a Petrobrás, etc. Mostro como a política econômica e externa dos governos do PT focaram nos interesses desses setores. E mostro que, em troca, tais setores o apoiaram – a pesquisa de Mariana Sabença, que teve uma parte publicada no livro

---

<sup>13</sup> Maria Angélica Paraizo, *A agroindústria canavieira paulista diante dos governos neodesenvolvimentistas*. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado. 2023; Luana Forlini, *O posicionamento dos produtores de soja no contexto de crise política no Brasil (2014-2019)*. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado. 2020; <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1165906>; Pedro Victor Capóssoli Miguel, *O posicionamento do médio capital sojicultor na crise do impeachment (2013-2018)*, op. cit.

<sup>14</sup> Thiago Nogueira Cyrino, *A cadeia produtiva da carne e a política neodesenvolvimentista dos governos Lula (2003-2010)*. Campinas: Unicamp. Dissertação de mestrado. 2017. <https://repositorio.unicamp.br/Resultado/Listar?guid=1689633329242>

*A burguesia brasileira em ação*, mostra o apoio das grandes construtoras brasileiras à “nova matriz econômica” do Ministro Guido Mantega, apoio explicitado pelas associações de classe do setor, e isso quando essa política era execrada pelo PSDB e pela grande imprensa comercial<sup>15</sup>. No apêndice do meu livro, intitulado “Existe uma burguesia interna no Brasil? Resposta a um crítico”, eu sistematizo esses fatos e argumentos e acrescento outros, remontando à década de 1990 justamente para contrastar com a política governamental da década de 2000. Tudo isso o nosso crítico ignorou. Satisfez-se com a referência apenas ao agronegócio e com a afirmação genérica e insuficiente de que esse setor está internacionalizado. Não examinou o que deveria ter examinado.

Na questão da burguesia associada, Coelho omitiu todas as demandas, pressões e influência das agências internacionais e de governos imperialistas pela abertura e desnacionalização das economias do Brasil e da América Latina. Nem ao chamado “Consenso de Washington” Eurlino Coelho se refere. Cabe lembrar a pressão antiga e ainda presente do FMI para que o governo brasileiro abra o mercado de bancos comerciais. É o FMI vocalizando interesses do capital financeiro internacional. Mostro no meu livro que Fernando Henrique e Pedro Malan atenderam essa pressão e iniciaram a abertura do mercado bancário nacional. A grande burguesia interna do setor bancário,

---

<sup>15</sup> Mariana Rocha Sabença, “As grandes construtoras brasileiras de obras de infraestrutura e a política econômica nos governos Lula e Dilma”. In: Valle e Narciso, *A burguesia brasileira em ação*, op. cit. Por isso não concordamos com a afirmação taxativa e genérica de Gabriel Kanaan segundo a qual a grande burguesia interna opunha-se à “nova matriz econômica” do Ministro Guido Mantega. Aliás, o que se pode constatar é que o texto de Kanaan supõe que o Estado é um instrumento passivo nas mãos da classe dominante e da fração hegemônica no bloco no poder. Dessa perspectiva, qualquer conflito que ele localiza entre a política de Estado e a grande burguesia interna, mesmo conflito pontual, é concebido como prova de que essa fração não é a fração hegemônica no bloco no poder. Ora, o Estado é, dentre outras coisas, o agente formulador da estratégia de desenvolvimento capitalista e não instrumento passivo de uma classe ou fração. Os conflitos entre aspectos da política de Estado e a fração hegemônica cresceram no Brasil no Governo Dilma, que é o período que o texto de Kanaan considera, embora ele pretenda, indevidamente, tirar conclusões mais gerais para o conjunto do ciclo de governos petistas.

eu mostro em detalhes no livro, opôs-se a essa política<sup>16</sup>. Posteriormente, os governos do Lula e Dilma, vinculados aos interesses dos grandes bancos nacionais, reverteram esse processo. Isso também está no livro. Não foi por acaso que os grandes bancos nacionais se manifestaram publicamente, ainda no início de 2016, contra o impeachment da presidenta Dilma<sup>17</sup>.

Temos de recordar aqui que a chamada globalização não foi fruto apenas do movimento da economia. É certo que a ação política do capital estrangeiro é mais discreta na cena política do que a ação do capital nativo, mas o capital estrangeiro deixou sim pegadas na crise do impeachment. As agências ditas multilaterais, como indicamos, vocalizam os interesses do capital internacional. Mas, além disso, há instituições, grupos econômicos, burocratas e políticos profissionais atuantes na economia e no Estado dependente brasileiro que representam o capital internacional. Uma associação que teve papel importante na crise do Governo Dilma foi o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), que representa as megas empresas petrolíferas estrangeiras. O IBP pressionou pela abertura da exploração do petróleo do pré-sal e pela desnacionalização da cadeia de petróleo e gás – o Governo Temer, que governou para a grande burguesia associada, atendeu ambas reivindicações eliminando, na prática, a política de conteúdo local, que obrigava as petroleiras a adquirirem equipamentos e serviços produzidos no Brasil, e, sancionando o projeto de José Serra que alterou o regime de partilha na exploração do petróleo e retirou a preferência que cabia à Petrobrás. Analiso também no livro a convergência de interesses e a ação conjunta da Lava-Jato com instituições do Estado estadunidense. Hoje, as relações da Lava-Jato

---

<sup>16</sup> Armando Boito Jr., *Reforma e crise política no Brasil*, op. cit., pp. 309-314

<sup>17</sup> Ver a Dissertação de Mestrado de André Flores Penha Valle sobre a divisão no interior do capital financeiro entre uma ala internacionalizada e outra ainda nacional. André Flores Penha Valle, *Divisão e reunificação do capital financeiro: do impeachment ao governo Temer*. Campinas: Unicamp. Dissertação de mestrado. 2019. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1126278>

com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos são muito mais conhecidas. A Lava-Jato, como mostro em um dos capítulos do meu livro, converteu um ramo do judiciário brasileiro em uma espécie de partido político do capital estrangeiro visando a destruir as grandes empresas brasileiras de construção pesada<sup>18</sup>. No já citado apêndice do meu livro respondo a um crítico das minhas teses que argumentou que o golpe contra Dilma foi, na expressão dele, “100% nacional”. Parece que Coelho estaria de acordo com essa opinião que, pelos argumentos que apresentei, considero equivocada. São muitos os indicadores, e o meu livro arrola vários deles, que evidenciam a presença do imperialismo no golpe do impeachment. É certo que ainda há muito por fazer na pesquisa sobre a ação política do capital estrangeiro no Brasil – a já citada tese inédita de Nátaly Santiago contribui para a compreensão desse tema.

O nosso crítico afirmou que não está demonstrada no livro a existência de uma grande burguesia interna que teria apoiado os governos do PT e tampouco a existência da ação oposicionista do capital estrangeiro e da grande burguesia associada. Infelizmente, essa crítica decepciona, e decepciona pela boa e simples razão de que o crítico ignora os fatos e argumentos apresentados no livro que ele pretende criticar.

## **5. Conflito de fração e conflito de classe**

Segundo Coelho, o conflito principal do processo político brasileiro do período recente seria a “luta de classes”, conceito com o qual ele designa, na verdade, o mero conflito distributivo entre trabalhadores e capitalistas. Ele lança essa tese contra a minha análise que entende ser o conflito entre frações burguesas o conflito que tem dominado a política brasileira. O argumento do autor é que as

---

<sup>18</sup> Ver o capítulo oitavo do meu livro, escrito juntamente com Alfredo Saad-Filho, e intitulado “Estado, instituições estatais e poder político no Brasil”, pp. 223-252. In: Armando Boito Jr. *Reforma e crise política no Brasil*, op. cit.

principais características da história política recente decorrem do fato de a “classe trabalhadora” ter sido “apassivada” pelo PT e seus governos. Esse argumento de Coelho causa estranheza porque ele apresenta como contradição principal uma contradição na qual, para a surpresa do leitor, um dos polos seria politicamente passivo.

Quando afirmo que o conflito de frações tem estado no centro do processo político nacional, não estou afirmando que a luta dos trabalhadores não tenha tido impacto sobre tal processo. Eu trato direta e especificamente da luta reivindicativa e também da presença política das classes trabalhadores no processo político nacional nos capítulos três, quatro, seis, dez e onze do meu livro<sup>19</sup>. A própria existência do PT e a vitória de Lula na eleição presidencial de 2002 seriam impensáveis sem a luta popular desde o período de crise da ditadura militar. Quem leu o livro sabe que eu recuso o conceito de bonapartismo para o fenômeno do lulismo porque, além de não aceitar a ideia de que haveria uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder, entendo que o lulismo atende à expectativa popular por uma política de bem-estar, diferentemente do que ocorre num governo bonapartista cuja orientação é fundamentalmente conservadora. Ademais, a luta reivindicativa do movimento sindical recebe um capítulo especial no meu livro – aliás, contrariando a estranha afirmação de Coelho segundo a qual eu não analisaria esse assunto. Esse capítulo, escrito juntamente com Andréia Galvão e Paula Marcelino, apresenta uma detalhada análise das greves, sua frequência, amplitude, reivindicações e resultados. Nos capítulos intitulados “A crise do neodesenvolvimentismo e do Governo Dilma Rousseff” e “Por que foi fraca a resistência ao golpe de 2016”, eu analiso o impacto da luta reivindicativa no processo político e

---

<sup>19</sup> Os títulos dos capítulos citados são, respectivamente, “As bases políticas do neodesenvolvimentismo” (pp.99-120); “O lulismo, o populismo e o bonapartismo” (pp. 121-154); “O neodesenvolvimentismo e a recuperação do movimento sindical brasileiro” (pp. 183-207); “A crise do neodesenvolvimentismo e o do Governo Dilma Rousseff” (pp. 265-288) e o capítulo 11 intitulado “Por que foi fraca a resistência ao golpe de 2016?” (pp. 289-302). Armando Boito Jr., *Reforma e crise política no Brasil*, op. cit.

seu impacto, inclusive, no comportamento político da grande burguesia interna. Mostro que o crescimento dessa luta numa conjuntura de crise econômica afastou parte da grande burguesia interna do Governo Dilma, favorecendo a campanha golpista. A mesma Fiesp que, na crise de 2005, saiu em defesa do governo petista, agora, em 2016, aderiu ativamente à campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff.

O que acontece é que os dois programas políticos que dividiram e dividem a política brasileira há décadas são, ambos, programas políticos burgueses – esses programas são o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo, que defino como o desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal, modelo com o qual os governos do PT não romperam. Ora, esse último é o programa da grande burguesia interna, enquanto o primeiro é o programa do capital imperialista e da grande burguesia associada. Os trabalhadores da massa marginal, os camponeses, a baixa classe média e a classe operária têm lutado por suas reivindicações, mas o fazem de modo segmentado, sem um programa político que os unifique e os capacite para tomar o poder. Não se formou uma alternativa operária e popular na política brasileira. Assim, todas as classes trabalhadoras que citei acima, quando são interpeladas para se manifestar sobre o poder de Estado, o que tem ocorrido apenas nas eleições, procuram acomodar-se num dos dois programas burgueses em disputa. Logo, são esses dois programas burgueses, bem como as frações burguesas que eles representam, que têm polarizado o processo político nacional<sup>20</sup>.

## **6. Nota sobre a história do conceito de fração burguesa na teoria marxista**

Para uma compreensão mais geral desse debate, é interessante destacar que o conceito de fração burguesa tem papel fundamental

---

<sup>20</sup> Sabemos que desde a crise de 2016, um movimento neofascista cresceu e chegou ao poder governamental no Brasil. Porém, para o tema que estamos discutindo, a referência ao neodesenvolvimentismo e ao neoliberalismo é suficiente.

nas análises políticas de Marx e de Engels. Não foi criação de Nicos Poulantzas e nem da Terceira Internacional. O fato de terem sido Marx e Engels os pioneiros no uso desse conceito, não impede, convém esclarecer, que o descartemos caso se revele inapropriado teoricamente ou para a análise do capitalismo contemporâneo. Porém, para os autores marxistas, tal fato significa que quem pretende se desfazer de tal conceito terá de realizar um exame crítico não apenas da obra de Nicos Poulantzas, mas também da obra de Marx, Engels, Lenin, Gramsci e outros clássicos da teoria marxista<sup>21</sup>.

O conceito de fração burguesa aparece muito cedo, ainda que não sistematicamente desenvolvido, nas publicações de Marx e de Engels, e segue presente ao longo de toda a obra dos dois fundadores do materialismo histórico. Um fato ignorado por muitos, é que já no *Manifesto do Partido Comunista*, tal conceito desempenha um papel importante na análise do processo político e inclusive, o que é de suma importância, na análise das condições para que o proletariado possa se organizar como classe autônoma. Esse ponto é ignorado ou negligenciado por quase todos os comentadores do *Manifesto Comunista*, porém está lá a ideia de que os conflitos no interior das classes dominantes – burguesia, aristocracia feudal – e também no interior da própria burguesia – burguesia industrial, burguesias nacionais – acabam, indiretamente, favorecendo a organização política do proletariado<sup>22</sup>. Cito, a título de ilustração, uma passagem do *Manifesto*.

---

<sup>21</sup> Nesta parte final do meu texto, vou retomar uma ideia que expus em outro trabalho e desenvolvê-la com mais detalhes. Refiro-me ao artigo intitulado “Pistas para analisar a posição política do capital frente ao terceiro governo Lula”. In: Juliana Paula Magalhães e Luiz Felipe Osório (orgs), *Brasil sob escombros – desafios do governo Lula para reconstruir o país*. São Paulo: Boitempo. 2023. pp. 123-131

<sup>22</sup> Desenvolvi essa análise do Manifesto em Armando Boito Jr. “A constituição do proletariado em classe no *Manifesto do Partido Comunista*”. In: Boito Jr, Armando *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Editora Unesp. 2007.

“A burguesia vive em luta permanente; primeiro, contra a aristocracia; depois, contra as frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas essas lutas vê-se forçada a apelar para o proletariado, a recorrer à sua ajuda e desta forma arras-tá-lo para o movimento político. A burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria.”<sup>23</sup>

O conflito entre a burguesia e a aristocracia analisado no *Manifesto* é típico do período e dos países indicados e foram superados com o desenvolvimento posterior do capitalismo. Porém, Marx e Engels na passagem acima indicam outros fracionamentos: a) entre a burguesia industrial e “(...) frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria (...)” e b) “(...) e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros (...)”. Os defensores da tese de uma burguesia mundial poderão imaginar que esse último fracionamento estaria superado<sup>24</sup>. É uma visão eurocentrista, e mais

---

<sup>23</sup> *Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo, 1998. P. 48. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. A tradução usada pela Boitempo é a do português Álvaro Pina, feita com base na edição alemã de 1890 prefaciada por Engels, e publicada pela primeira vez em 1975 pela Editora Avante. A Boitempo incorporou a revisão dessa tradução realizada por José Barata Moura em 1997.

<sup>24</sup> O dirigente socialista francês Jean Jaurès, pretendendo corrigir o *Manifesto Comunista*, já defendeu tese semelhante. Ele afirmou, em texto datado do início do século XX, que a tese sobre o papel do conflito intraburguês no desenvolvimento da luta operária – ele é o único comentarista que conheço que realçou essa tese do *Manifesto Comunista* – estaria superada e, na realidade, seria herdeira do pensamento utópico. Assim como Owen, escreve Jaurès, esperava favores da burguesia, Marx e Engels esperavam uma ajuda do conflito entre os de cima para organizar a luta reivindicativa e até a luta revolucionária dos trabalhadores. Na concepção de Marx e Engels, a revolução socialista seria, nas palavras do próprio Jaurès, uma “revolução parasita”. Essa tese deveria ser abandonada porque, segundo o dirigente socialista francês, os conflitos entre distintas classes dominantes, os conflitos no interior da própria burguesia de cada país e os conflitos entre as burguesias nacionais de diferentes países seriam coisa

particularmente focada apenas na Europa Ocidental. O fato de as burguesias nacionais dos países europeus estarem se vinculando e se entrelaçando fortemente umas com as outras e se submetendo, todas elas, ao comando do imperialismo estadunidense – entrelaçamento e subordinação que não significam, diga-se de passagem, o desaparecimento das burguesias internas de Alemanha, França, Itália e de outros países – esse fato não pode ser apresentado como representativo do cenário mundial no seu conjunto. Aliás, depois de iniciada a Guerra da Ucrânia, quem ousaria falar em burguesia mundial? O conflito entre, de um lado, a burguesia nacional russa e, de outro, as suas congêneres estadunidense e europeias aliadas a setores da burguesia ucraniana, é o conflito principal que levou à guerra. Os marxistas não podem aceitar a tese de que a guerra decorre das ambições de um indivíduo – o presidente Putin.

Marx e Engels retomaram e desenvolveram um pouco mais o conceito de fração nas obras históricas sobre as revoluções e crises na Europa de 1848 – *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte; Luta de classes na França; Revolução e contrarrevolução na Alemanha* e muitos outros escritos. Nesses textos lançaram, inclusive, alguns elementos novos sobre o assunto, elementos esses que serviram de matéria prima para Nicos Poulantzas elaborar os conceitos de bloco no poder e de hegemonia de fração. Cito um trecho, dentre tantos outros que poderiam ser lembrados, do *Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*.

“Os legitimistas e os orleanistas, como dissemos, formavam duas grandes facções do partido da ordem. O que ligava essas facções aos seus pretendentes e as opunham uma à outra seriam

---

do passado. Ele escreveu isso em 1901, poucos anos antes das burguesias nacionais europeias se engalfinharem na guerra de 1914-1918 e de a Revolução de Outubro “parasitar” a revolução burguesa de fevereiro de 1917. Polemizo detalhadamente com a análise de Jean Jaurès no meu ensaio “A constituição do proletariado em classe no *Manifesto do Partido Comunista*.” In: Armando Boito Jr. *Estado, política e classes sociais*. Op. cit., pp. 201-212.

apenas as flores-de-lis e a bandeira tricolor, a Casa do Bourbons e a Casa dos Orleans, diferentes matizes do monarquismo? Sob os Bourbons [1815-1830, ABJ], governara a grande propriedade territorial, com seus padres e laicos; sob os Orleans [1830-1815, ABJ], a alta finança, a grande indústria o alto comércio, ou seja, o capital, com seu séquito de advogados, professores e oradores melífluos. A Monarquia Legitimista foi apenas a expressão política do domínio hereditário dos senhores da terra, como a Monarquia de julho fora apenas a expressão política do usurpado domínio dos burgueses arrivistas. O que separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo a rivalidade entre o capital e o latifúndio<sup>25</sup>.”

No trecho acima, cujas as teses têm um papel central na análise que Marx fez da crise política francesa de meados do século XIX, são colocados em evidência a) a existência de frações da burguesia em conflito – Marx trata, ainda nesse livro, de outra fração burguesa que denomina republicana; b) a repercussão da existência dessas frações e desse conflito na cena política – a disputa entre duas correntes monárquicas que representam frações distintas da classe dominante – e c) a ideia de que cada uma das frações ocupa, em diferentes períodos, a posição superior num condomínio político burguês organizado hierarquicamente e que Nicos Poulantzas irá denominar bloco no poder. Ou seja, a) os capitalistas não reagem, diante das diferentes medidas governamentais, apenas e sempre como átomos isolados dotados de interesses exclusivos. Eles se agrupam em frações mais ou menos estáveis; b) os partidos políticos representam interesses de classe e de fração de classe específicos e têm bases sociais que lhes são próprias

---

<sup>25</sup> Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas*, volume 1. São Paulo: Alfa-Ômega. s/d. P. 224.

e preferenciais – padres e laicos para os legitimistas, advogados e professores para os orleanistas; e c) os governos não representam indistintamente o conjunto da classe dominante. A monarquia dos Bourbons e a dos Orleans foram, sem deixar de representar o conjunto da classe dominante, mais especificamente, como nos diz o texto, a “expressão política” de diferentes setores dessa classe. Formam-se, então, coletivos burgueses mais ou menos estáveis, as frações; cada uma delas procura apoios e aliados entre diferentes segmentos das classes dominadas e de diversas categorias sociais; estabelece-se uma hierarquia de poder minimamente estável entre as frações burguesas em cada período considerado; e o governo do momento representa prioritariamente uma dessas frações. Hoje, os marxistas deveriam desprezar esses instrumentos de análise?

Mais tarde, em *O Capital*, Marx mostra, quando analisa a luta operária pela regulamentação da jornada de trabalho, que os representantes parlamentares dos proprietários de terra e arrendatários votaram a favor da legislação de fábrica, numa atitude que foi uma espécie de revide contra a burguesia industrial que obtivera em 1846, e contrariando os interesses da agricultura, a liberação da importação de cereais para baratear a força de trabalho<sup>26</sup>. Quem ganhou com essa divisão da burguesia foi a luta da classe operária pela regulamentação da jornada de trabalho. Na mesma época em que Marx está lançando o seu grande livro, ele e Engels, nas análises que fazem do Governo Bismark e da política parlamentar britânica das décadas de 1860 e 1870, ambos destacam a importância do conflito entre pelo menos três segmentos das classes dominantes – os proprietários de terra ainda ligados a herança do mundo feudal, os proprietários de terra e arrendatários capitalistas e a burguesia industrial – para a compreensão da política alemã e britânica. Boa parte dessas análises encontram-se em artigos

---

<sup>26</sup> Karl Marx, *O Capital*. São Paulo: Boitempo.2013. Ver capítulo 8 “A jornada de trabalho”. Pp. 305-383.

para jornais e na correspondência que trocaram<sup>27</sup>. Nesses textos, Marx: a) sustenta a existência de conflito entre frações da classe dominante, b) mostra o movimento político pendular de algumas dessas frações, c) aponta, conseqüentemente, os riscos de os trabalhadores conceberem as posições políticas das frações burguesas como algo fixo e perene e d) indica como o conflito de frações pode favorecer a luta política e reivindicativa dos trabalhadores. Os artigos de Marx para o *New York Daily Tribune*, publicados pela *Crítica Marxista* e citados na nota de número 5, são particularmente esclarecedores a esse respeito<sup>28</sup>.

Depois de Marx e de Engels, Lenin e a Terceira Internacional retomaram e mobilizaram, de distintas maneiras, o conceito de fração. Esse mesmo conceito ocupa um lugar de destaque nas análises de Antonio Gramsci sobre temas clássicos da história italiana como a chamada

---

<sup>27</sup> Marx e Engels, *On Britain* (Moscou: Foreign Languages Publishing House. 1962) e *Select correspondence* (Moscou: Progress Publishers. 1965.) A revista *Crítica Marxista* publicou alguns desses textos. Ver especialmente: Karl Marx, “As eleições na Inglaterra – Tories e Whigs” (*Crítica Marxista*, n. 47 pp. 127-133), artigo originalmente publicado no *New York Daily Tribune* de 21 de agosto de 1852; Karl Marx, “Debates parlamentares – o clero e a luta pela jornada de dez horas - fome” (*Crítica Marxista*, n. 50, pp. 249-254), artigo originalmente publicado no mesmo jornal, edição de 15 de março de 1853.

<sup>28</sup> No artigo publicado em 1853 no *New York Daily Tribune*, Marx escreve: “Essa é, em resumo, a história exotérica da Lei das Dez Horas. Sua história secreta é a seguinte: a aristocracia fundiária, tendo sido derrotada pela burguesia através da aprovação do projeto de lei de Reforma de 1831 e sendo assaltada em “seus interesses sagrados” pelo grito dos produtores em favor do livre comércio e [pela] abolição da Lei dos Cereais, resolveu resistir à classe média esposando a causa e as reivindicações dos trabalhadores contra os seus patrões, abraçando, em particular, suas demandas pela limitação do trabalho industrial. Os chamados lordes filantropos estavam então diante de todos os comícios pela jornada de trabalho de dez horas. Lorde Ashley chegou até a adquirir renome pelas suas performances naquele movimento. A aristocracia fundiária que recebera um golpe mortal com a abolição efetiva da Lei dos Cereais em 1846, se vingou ao impor ao Parlamento o Projeto das Dez Horas em 1847. Contudo, a burguesia industrial recuperou, através da autoridade judiciária, o que havia perdido pela legislação parlamentar. Em 1850, a ira dos senhores de terra arrefeceu gradualmente e eles estabeleceram um compromisso com os capitães da indústria, condenando o sistema de turnos, mas ao mesmo tempo impondo às classes trabalhadoras, como uma penalidade pela aplicação da lei, meia hora de trabalho extra por dia.” Karl Marx, “Debates parlamentares – o clero e a luta pela jornada de dez horas - fome”, op. cit., p. 252.

questão meridional e sobre o *Risorgimento*. Quando Poulantzas coloca-se a tarefa de desenvolver tal conceito, de retrabalhá-lo, a sua faina remonta, portanto, a uma longa e rica tradição marxista.

## Referências

- Anclois, Francis, Bréaud Charles e Nouret, Michel “Exposition critique de la théorie révisionniste du capitalisme monopoliste d’État”. In *Marxisme-leninisme et révisionisme face à la crise économique*. (Paris: Maspero, 1976). Tradução brasileira publicada na revista *Teoria & Política*, n. 1, 1980, p. 60-80.
- Berringer, Tatiana *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris. 2015.
- Berringer, Tatiana e Ferreira, Mariana “Classes sociais, política externa e integração regional”. In Prestes, Ana e Pautasso, Diego (orgs.) *Teoria das relações internacionais – contribuições marxistas*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2021.
- Bocarra, Paul *Etudes sur le capitalisme monopoliste d’État, sa crise et son issue*. 2a ed. Paris: Editions Sociales. 1977.
- BOITO Jr, Armando “A constituição do proletariado em classe no *Manifesto do Partido Comunista*”. In Boito Jr, Armando *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Editora Unesp. 2007.
- BOITO Jr, Armando “Pistas para analisar a posição política do capital frente ao terceiro governo Lula”. In Juliana Paula Magalhães e Luiz Felipe Osório (orgs), *Brasil sob escombros – desafios do governo Lula para reconstruir o país*. São Paulo: Boitempo. 2023. p. 123-131.
- Boito Jr. Armando *Dilma, Temer e Bolsonaro – crise, ruptura e tendências na política brasileira*. Goiânia: Editora Phillos. 2021. Ebook.

- BOITO Jr. Armando *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Unesp. 2007. p. 201-212.
- BOITO Jr. Armando *Reforma e crise política no Brasil – os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas e São Paulo: Editoras Unicamp e Unesp. 2018.
- BOITO Jr., Armando e SAES, Décio “Três teses equivocadas a respeito de quem domina o Estado brasileiro”. São Paulo: *Jornal Movimento*, Edição de 16 a 22 de abril. 1979.
- Braga, Felipe Queiroz *A Fiesp na crise do impeachment de Dilma Rousseff*. Unicamp: Tese de Doutorado. 2022.
- Braga, Felipe Queiroz, “A burguesia industrial na crise do Governo Dilma”. In Valle, André Flores e Narciso, Pedro Felipe (orgs.). *A burguesia brasileira em ação – de Lula a Bolsonaro*. São Paulo: Enunciado. 2021.
- Bugiato, Caio (2016). A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira. Unicamp. Tese de Doutorado. <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/135727/a-politica-de-financiamento-do-bndes-e-a-burguesia-brasileir>
- Coelho, Eurelino “Derrotas recorrentes, ideias persistentes. Exame de uma hipótese sobre os governos Lula-Dilma à luz do golpe e da eleição de Bolsonaro”. In OLIVIERIA, Ângela Meirelles, SILVA, Carla Luciana e PAZIANI, Rodrigo (orgs.), *Direitos, democracia e lutas sociais em tempos de crise*. Porto Alegre: FCM. 2020. p. 33-50.
- Cyrino, Thiago Nogueira, *A cadeia produtiva da carne e a política neodesenvolvimentista dos governos Lula (2003-2010)*. Campinas: Unicamp. Dissertação de mestrado. 2017. <https://repositorio.unicamp.br/Resultado/Listar?guid=1689633329242>

- Forlini, Luana *O posicionamento dos produtores de soja no contexto de crise política no Brasil (2014-2019)*. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado. 2020; <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1165906>
- Granato, Leonardo e Cavalcanti, Flavia Guerra “Mercosul e dependência: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina.” *Sul Global*. 1 (2). 2020. [https://www.academia.edu/92610354/Mercosul\\_e\\_depend%C3%Aancia\\_pol%C3%ADtica\\_externa\\_e\\_interesses\\_de\\_classe\\_no\\_Brasil\\_e\\_na\\_Argentina](https://www.academia.edu/92610354/Mercosul_e_depend%C3%Aancia_pol%C3%ADtica_externa_e_interesses_de_classe_no_Brasil_e_na_Argentina)
- Kanaan, Gabriel, “Foi a burguesia brasileira neodesenvolvimentista? Uma análise das conexões e tensões da burguesia interna brasileira com o capital-imperialismo a partir dos telegramas da Embaixada dos EUA vazados pela Wikileaks (2003-2010)”. Texto apresentado no Encontro de Marxismo e Relações Internacionais, realizado no Rio de Janeiro em 2022.
- MAGALHÃES, Juliana Paula e OSÓRIO, Luiz Felipe (orgs), *Brasil sob escombros – desafios do governo Lula para reconstruir o país*. São Paulo: Boitempo. 2023. p. 123-131.
- Marx, Karl “As eleições na Inglaterra – Tories e Whigs”. In *Crítica Marxista*. São Paulo: Unesp. N. 47, 2018. p. 127-133.
- Marx, Karl “Debates parlamentares – o clero e a luta pela jornada de dez horas - fome”. *Crítica Marxista*. São Paulo: Unesp. N. 50. 2020. p. 249-254.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo. 1998. Tradução de Álvaro Pina.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich *On Britain*. Moscou: Foreign Languages Publishing House. 1962.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich *Select correspondence*. Moscou: Progress Publishers. 1965.

Marx, Karl *O Capital*. São Paulo: Boitempo. 2013.

Marx, Karl *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In Marx, Karl e Engels, Friedrich *Obras escolhidas*. Volume 1. São Paulo: Alfa-Ômega. s/d. p. 199-285.

Miguel, Pedro Victor Capóssoli *O posicionamento do médio capital sojicultor na crise do impeachment (2013-2018)*. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado. Inédito – defesa prevista para agosto de 2023.

Paraizo, Maria Angélica *A agroindústria canavieira paulista diante dos governos neodesenvolvimentistas*. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado. 2023.

Raimundo, Luciana (2021). *Bancos e o Estado no Brasil: estudo sobre a atuação dos dealers no mercado de títulos públicos, na rede de financiamentos do BNDES e no financiamento eleitoral (2003-2018)*. Phd Thesis. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226802>

Sabença, Mariana Rocha “As grandes construtoras brasileiras de obras de infraestrutura e a política econômica nos governos Lula e Dilma”. In VALLE, André Flores e NARCISO, Pedro Felipe (orgs), *A burguesia brasileira em ação – de Lula a Bolsonaro*. São Paulo: Enunciado. 2021.

Santiago, Nátaly *O capital internacional como agente político no Brasil*. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado. Inédito – defesa prevista para outubro de 2023.

Valier, Jacques, *Le Parti Communiste Français et le capitalisme monopoliste d’État*. Paris: Maspero. 1976.

VALLE, André Flores e NARCISO, Pedro Felipe (orgs), *A burguesia brasileira em ação – de Lula a Bolsonaro*. São Paulo: Enunciado. 2021.

VALLE, André Flores Penha, *Divisão e reunificação do capital financeiro: do impeachment ao governo Temer*. Campinas: Unicamp. Dissertação de mestrado. 2019. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1126278>